



O legado da praça Costa Pereira em Vitória/ES a partir do sítio físico e da inserção urbana

Michela Sagrillo Pegoretti^a  e
Eneida Maria Souza Mendonça^b 

^a Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
E-mail: michelasagrillo@yahoo.com.br

^b Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
E-mail: eneidamendonca@gmail.com

Submetido em 7 de março de 2023. Aceito em 26 de março de 2023.
<https://doi.org/10.47235/rmu.v11i1.293>

Resumo. As praças públicas são estruturas urbanas fundamentais à compreensão da relação do ser humano com a cidade e podem carregar legado simbólico e histórico como contribuições essenciais diante dos desafios urbanos e morfológicos impostos pelas cidades do século XXI. Neste contexto, a praça Costa Pereira localizada no Centro de Vitória, cidade do sudeste brasileiro, mantém-se com forte caráter de centralidade urbana dado pela convergência conjunta de inúmeros elementos e práticas socioespaciais que lhe conferem caráter peculiar. Sendo assim, o objetivo deste artigo é compreender o papel do sítio físico e do desenho do traçado urbano que antecede à inauguração da praça, a partir de uma narrativa que permita reflexões acerca da inserção urbana da praça, ainda como largo da Conceição no período colonial, à luz do urbanismo português, especulando ainda possíveis apropriações precedentes e indígenas sobre o território. A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica recorrendo também à iconografia, à cartografia e ao uso de aspectos tridimensionais da topografia do local. Sob lugar plano de confluência de águas, a escolha da localização revela local estratégico e de conexão que contribuiu para o traçado urbano subsequente e a consolidação da vocação do lugar em atrair elementos, pessoas e acontecimentos, à luz da centralidade urbana.

Palavras-chave. inserção urbana, sítio físico, centralidade urbana, praça Costa Pereira

Introdução

O sentido de centralidade muitas vezes atribuído à praça enquanto um dos mais significativos elementos morfológicos traz forte aderência aos aspectos da inserção urbana e do sítio físico no contexto do urbanismo português. Soma-se a isto, a condição do referido sítio enquanto elemento participativo do plano urbano, considerado o mais persistente na evolução da forma física das cidades (Conzen, 1969-2022), apresentando carga valoral em processos de permanência morfológica.

Os primeiros núcleos defensivos colonizados no Brasil localizavam-se em uma colina onde sítios topograficamente dominantes eram escolhidos para a construção de edifícios singulares, marcando a paisagem na linha de cumeeada ou de vale (Teixeira, 2012; Marx, 1980). Nesta ocasião, houve uma relação estreita entre as denominadas cidades Alta e Baixa.

Tal divisão marcou a fundação de várias vilas e cidades brasileiras e estabelecia a relação de poder na sociedade, ficando as instituições de maior hierarquia social (política, institucional, militar e religiosa) instaladas na parte alta e dominante, por vezes associada à arquitetura

notável. Já, na parte baixa, o núcleo de ocupação se desenvolvia junto à praia, vinculado a atividades comerciais e portuárias, de caráter menos aristocrático e contendo habitações de mais baixo padrão (Vasconcelos, 2009; Teixeira, 2012). Essa configuração parece expor o papel da Igreja sobre as decisões em relação à escolha sobre a inserção urbana de seus templos e entidades religiosas.

Vale ressaltar também o crescimento e a urbanização no processo de colonização brasileira ocorrendo por avanço do traçado em direção a obstáculos como várzeas em áreas sujeitas a aterros (Marx, 1980), ou em direção a locais próximos à praia e cursos d'água, onde as facilidades de acesso, a presença de portos ou a situação plana do sítio despertavam dinâmicas de apropriação (Reis Filho, 1968). Tal movimento de expansão, que por vezes se deu da parte alta em direção à parte baixa do sítio, pode ser interpretado a partir da procura por novos parâmetros de centralidade urbana (Panerai, 2014).

Neste contexto, a praça Costa Pereira localizada no Centro de Vitória, cidade do sudeste brasileiro e capital do estado do Espírito Santo, revela-se como estudo estratégico, apresentando-se com forte caráter de centralidade urbana na medida em que a convergência de vias, de práticas socioespaciais, de atividades e de usos diversificados do solo em seu entorno são facilmente observadas. Tal configuração acaba estimulando investigações pretéritas ainda na condição do lugar enquanto largo do período colonial. Na verdade, o então Largo da Conceição localizado próximo ao mar e inserido em sítio com forte presença de cursos d'água, foi acometido por grandes transformações urbanas entre o final do século XIX e início do Século XX inspiradas no advento republicano. Sob processos de aterros e remodelação urbana, o largo passou a se configurar como praça Costa Pereira recebendo, no lugar da igreja, edifícios singulares de cunho cultural, os teatros, implantados, porém, sob a mesma inserção outrora modelada.

Assim sendo, o objetivo deste artigo é compreender o papel dialógico do sítio físico com o desenho do traçado urbano que antecede à inauguração da praça e se enquadra

no contexto do século XVIII, em consonância com a inserção da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha no largo que recebeu o mesmo nome da santa, em 1755. Constrói-se, pois, uma narrativa que permita reflexões acerca da inserção urbana do largo da Conceição à luz do urbanismo português e sua íntima relação com o sítio físico, especulando ainda possíveis apropriações precedentes e indígenas sobre o território.

A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica ligada a conceitos de praça e largo (Dias Coelho, 2013; Teixeira, 2012; Robba e Macedo, 2010; Marx, 1980), sítio físico (Marx, 1980; Serra, 1987; Fernandes, 2018) e centralidade urbana (Villaça, 1998; Vaga e Castilho, 2006; Panerai, 2014), além daquela relacionada à história do lugar (Derenzi, 1995; Daemon, 2010). Também foram utilizados recursos iconográficos, cartográficos e uso dos aspectos tridimensionais da topografia do local a fim de alcançar a análise pretendida.

Os resultados encontrados endossam o papel pretérito de centralidade urbana da praça Costa Pereira cujo legado a partir do sítio físico e da inserção urbana trazem reflexões acerca dos desafios urbanos e morfológicos impostos às praças públicas presentes nas cidades do século XXI.

Referencial teórico

A praça pública e o largo colonial

Para Lamas (2011), a praça não é uma estrutura acidentalmente criada, já que pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa, “a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária” (2011, p. 102). Apoiando-se em parâmetros da ideologia ocidental, segundo o autor, as praças possuem características de centralidade com vocação para atrair grupo de pessoas e facilitar encontros, tendo sua vitalidade dependente da densidade de pessoas nas ruas e sua configuração em um formato geralmente pavimentado, fechado por estruturas de elevada densidade, para onde as ruas convergem ou tangenciam (Lamas, 2011).

Teixeira (2012, p. 99) diz que as praças são nós de articulação da malha urbana e

“desempenham papel fulcral na estruturação dos espaços urbanos, traduzindo sua importância funcional e simbólica” já que, como local de sociabilidade, condensa anseios políticos, sociais e econômicos associados ao aparecimento e estruturação das cidades, podendo estar vinculadas também a espaços residuais e periféricos.

A praça pode ser entendida na visão de Dias Coelho (2007) como “elemento de exceção urbana”, de caráter excepcional e finito e fortemente associado à dimensão coletiva na cidade. Para o autor, tal elemento morfológico apresenta-se com superioridade hierárquica não só por estes atributos, mas também pelas diferentes funções que são capazes de acolher como participante de um contexto mais amplo – a cidade.

público significativo da capital capixaba (Figura 1).

É claro que tais definições morfológicas não contemplam todas as praças, haja vista a possibilidade de discutir sobre aquelas que fogem a estes padrões clássicos assimilados pelo senso comum, se pensarmos em bairros desprovidos de infra estrutura, por exemplo, onde muitos destes espaços livres foram simplesmente adaptados como tais, sem um desenho prévio ou uma intenção formal. Segundo Dias Coelho e Lamas (2007) há exemplos claramente representativos por sua natureza enquanto outros se manifestam a partir de um contexto mínimo sujeito a dúvidas sobre sua inclusão na referida terminologia. Soma-se a isso, a reflexão

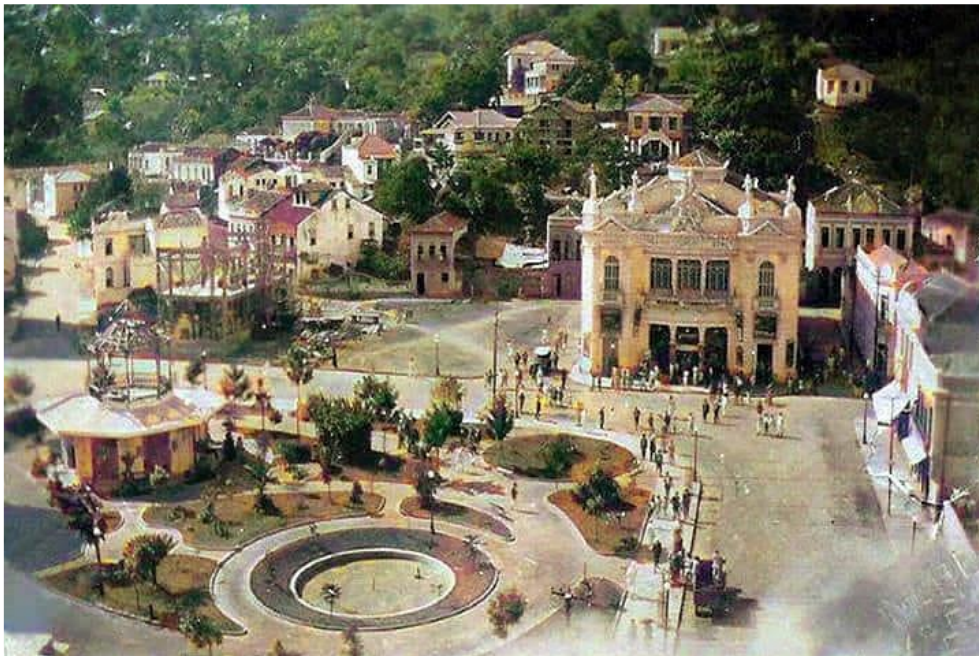


Figura 1. Apropriações e integração com o entorno na Praça Costa Pereira em meados do século XX (fonte: Santos, 2020)

Em se tratando do seu destaque morfológico, Macedo (2001) usa de certa forma esta condição excepcional quando a considera marco urbano na configuração das cidades. O autor acrescenta, pois, o conceito baseado também nas práticas socioespaciais: “praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (Robba e Macedo, 2010). A praça Costa Pereira em Vitória, por exemplo, parece reunir vários aspectos mencionados pelos autores na sua condição de espaço livre

acerca dos processos de transformação e adaptação das praças públicas às novas dinâmicas urbanas inerentes à vida contemporânea.

As praças públicas, assim denominadas à luz dos ideais de modernidade na transição entre os séculos XIX e XX no Brasil, tiveram aqui sua origem no processo de colonização portuguesa associada a uma variedade de toponímias, a exemplo de “largo” colonial. Os largos eram espaços secos, se assemelham ao conceito de praça europeia e apresentavam características irregulares, singelas e articuladas a uma trama viária modesta, sendo

justamente o espaço de formação da praça no Brasil (Robba e Macedo, 2010). Para Marx (1980, p. 43) “os largos são uma continuação das ruas, um determinado trecho e momento seu diante das construções mais significativas, o seu clímax”; “[...] polos de atração e de densificação do tecido urbano” (Rossa, 2002, p. 228).

Na opinião de Teixeira (2012), os pontos de inflexão associados aos edifícios singulares na urbanística portuguesa têm forte relação com a implantação de espaços urbanos com características de centralidade a partir do qual definiam o traçado das ruas e dos quarteirões e se estruturava todo o plano da cidade. Tal constatação confere ao conjunto largo/edifício peculiar relação como elemento gerador do traçado urbano que se consolida a partir do sítio físico.

A importância do sítio físico

A colonização portuguesa teve na fundação das vilas e cidades brasileiras modelos e traçados urbanos adaptados às especificidades locais do sítio físico (Teixeira, 2012). Sendo assim, segundo o autor, “A cidade portuguesa é sempre pensada no sítio e com o sítio” (2012, p. 14). Tal adaptabilidade, no entanto, não significa que as cidades e seus espaços livres públicos não fossem racionalmente pensados e construídos, ainda que por vezes paulatinamente.

Nesta perspectiva, estudos sobre o sítio físico natural evidenciam-se como suporte analítico de grande valor para compreensão da inserção urbana dos espaços livres públicos no período colonial brasileiro, abrindo reflexão para auxiliar a apreensão de determinadas escolhas geográficas sobre o território.

Entendido por Lamas (2011) como “solo pavimento”, ou seja, a topografia associada à modelação do terreno, o sítio físico pode ser interpretado como um dos componentes do “contexto físico natural”, condicionador inicial das implantações dos assentamentos humanos (Oliveira, 2018).

As adaptações ao sítio físico referem-se às necessidades humanas e sociais geradas pelas relações sociais que são dinâmicas e, para além de um caráter funcionalista, estão associadas às relações culturais (Serra, 1987) sendo este um ponto de análise fundamental que leva à compreensão de adaptações

preexistentes. Partindo do entendimento de que os povos indígenas mais se acomodam ao espaço natural do que o transformam, modificando muito pouco seu ambiente (Serra, 1987; Reis Filho, 1968), entende-se que o sítio físico aqui encontrado quando da chegada dos portugueses no Brasil pode ser compreendido como “já adaptado” à cultura indígena. É neste sentido que o aspecto geográfico de caminhos ou trilhas indígenas podem ser inerentes a adaptações viárias subsequentes conforme sugere estudo de Botechia (2018) para a capital capixaba.

Segundo Fernandes (2018), as vias podem ser incorporadas no traçado urbano porque são preexistentes ou porque são concebidas como ligação estratégica na fundação da cidade. Assim sendo, o sítio, o caminho e o tempo são considerados matrizes elementares do traçado, “referência primária para a organização do espaço urbano” (Fernandes, 2018, p. 74).

Por mais que haja adaptações cujos “parâmetros serão cada vez mais aqueles da própria aglomeração e cada vez menos aqueles do espaço natural que, na verdade, vai sendo constantemente modificado” (Serra, 1987, p. 85), o relevo e a hidrografia acabam marcando a forma urbana e condicionando traçados urbanos (Figura 2).



Figura 2. Relação entre topografia e traçado urbano em Santarém, Campo de Ourique e Baixa Lisboa (fonte: Dias Coelho, 2018)

Em se tratando da topografia acidentada, a leitura das linhas de fecho e talvegue assume papel importante na relação da evolução da cidade com seu sítio e seu traçado urbano (Panerai, 2014; Guerreiro, 2002). Os pontos de ramificação de linhas de talvegue são denominados de “centros de encontro” e as de linha de fecho, “centros de distribuição”. Estes pontos são estratégicos à luz dos traçados urbanos e constituem meios de locomoção e acessibilidade privilegiados, sendo ponto de encontro de percursos, águas ou seres vivos (Guerreiro, 2002). Segundo a autora, os talvegues, por exemplo, deságuam no mar tendo forte relação com o desenvolvimento urbano e com potencial de serem caminhos naturais e, no caso de fundos de vale, eixos centralizadores.

Os traçados urbanos vinculados ao relevo e à hidrografia podem ter análise ancorada, por exemplo, na abordagem de Panerai (2014) sobre o fenômeno de crescimento das aglomerações urbanas relacionados a elementos reguladores de dois tipos: aqueles que organizam a expansão (linhas e polos de crescimento) e aqueles que a contêm (barreiras e limites de crescimento). No que se refere às linhas de crescimento, o autor diz que podem ser explicadas por caminhos antigos, córregos e canais preexistentes; enquanto as barreiras ou limites podem implicar em diferenças de tecido urbano, ao serem transponíveis. Neste último aspecto, Dias Coelho (2018) ressalta que pode haver formação de um objeto classificado como indivisível pela relação de continuidade, ou seja, quando se analisa o tecido como um todo. Ademais, este autor afirma que o relevo, em situações menos bruscas sob o ponto de vista topográfico, também participa da acomodação do traçado.

A relação entre traçado e sítio também é identificada na abordagem de Conzen (1969-2022). O autor, dentre os três elementos interdependentes que compõem a visão tripartite da paisagem, quais sejam: o plano da cidade, o tecido edificado e o uso do solo; ressalta o primeiro como o mais estratégico para que os outros dois possam se manifestar, sendo o mais persistente no tempo. Assim, o plano urbano acaba tendo forte aderência, do ponto de vista morfológico, com o sítio físico, criando uma unidade morfológica que se diferencia de outras, formadas por sítios

distintos. Sob este parâmetro, o traçado urbano sugere investigações morfológicas a tempos pretéritos que podem explicar certas dinâmicas e características nas quais a cidade e seus espaços livres públicos são revelados.

O sentido de centralidade urbana

As áreas centrais são geralmente providas de uma estrutura urbana complexa dotada de qualificação infra estrutural e carregadas de história, memória, símbolos e trabalho socialmente produzido. Sua importância não só se estabelece sob o aspecto cultural, mas também econômico (Farret, 2006). Sob o ponto de vista histórico, o Centro pode ser compreendido, segundo Panerai (2014, p. 141), como a porção mais antiga do território e que se configura como integração de formas e miscelânea de funções em escala ampla:

[...] seu todo é caracterizado pela existência de uma massa edificada onde coexistem antiguidades, variedade e diversidade, pela clareza dos espaços públicos e cuidado no seu tratamento, por uma forte concentração de equipamentos públicos e instituições, pela presença expressiva de atividades comerciais, pela complexidade das funções.

Os centros se comportam como “ponto de convergência e de divergência, chegada e partida, nó do sistema de circulação para onde as pessoas se deslocam para praticar suas atividades que se interagem com outras, localizadas na cidade ou até mesmo fora delas” (Sposito, 1991, p.6). Ao que parece, além de Sposito, vários autores corroboram na condição do Centro como estrutura nodal na circulação urbana, conferindo sua forte relação com os sistemas de transportes (Silva, 2013, Castells, 2000; Panerai, 2014). Ou seja, a ideia de centro traz forte aderência com as relações espaciais e com as formas espaciais e expõe o sentido de centralidade como qualidade inerente.

Nestes termos, Silva (2013) considera que a centralidade seja justamente a capacidade de polarização, de integração ou dispersão, que se manifesta a partir de uma materialidade, caracterizando-se como algo imaterial, podendo apresentar diferentes graus de polarização, a depender das intensidades de fluxos de pessoas, veículos e mercadorias que se dirigem ao Centro, se dispersam a partir dele ou perpassam por ele.

Nesta linha de raciocínio, para Sposito (1991, p. 6), a centralidade “[...] pressupõe, provoca e reforça o traço concentrador desta área”, que pode inclusive se manifestar em outras áreas das cidades, ou seja, nos centros secundários, em diferentes potências para diferentes setores da cidade, possuindo várias escalas de atuação/atração e se configurando como áreas de interesse e de convergência. O centro trata-se, pois, de um “núcleo de formação que um dia se constituiu por si só como toda a cidade, acumulando todas as suas funções e dinâmicas” (Vitória, 2006, p.3) e que, no caso daqueles formados a partir do período colonial brasileiro, acolheu as primeiras edificações de ordem religiosa e seus espaços públicos fronteiriços.

Cabe inserir nesta abordagem a condição de identidade a partir do sentido de centralidade. Nas palavras de Rossa (2002, p. 19), o centro deve ser entendido sobre a ótica metodológica de um “centro de identidade urbana”, para onde convergem grande acessibilidade e atrações que, “em permanência, desenvolvem o seu pulsar de identidade”. Tal assertiva confere à consolidação processual do sentido de centralidade, forte aderência com o lugar, a começar por sua inserção urbana, o que de fato é muito peculiar para o caso do urbanismo português sob o olhar de Fernandes (2018, p.73):

[...] a conceptualização inicial do assentamento urbano é determinada pela eleição de um sítio onde se desenha uma primeira noção de centralidade com a implantação de uma função excepcional, cuja localização depende simultaneamente de uma posição estratégica no território e de uma estreita relação com as vias de comunicação territoriais, tanto dos caminhos terrestres como das rotas marítimo-fluviais.

O autor destaca ainda, neste contexto, a articulação entre caminho e sítio; circulação e lugar simbólico; rua e praça; enaltecendo a condição da praça como elemento indutor de centralidade (Fernandes, 2018, p. 75):

A relação entre o caminho e o sítio eleito para o assentamento constitui a matriz genética de uma lógica de organização do espaço urbano concebido a partir da relação indestrutível entre o eixo estratégico de circulação e o lugar simbólico de permanência e centralidade, um conceito que se exprime no encadeamento da rua principal com a praça.

Outro apontamento importante refere-se à perspectiva que Serra (1987) e Panerai (2014) trazem de que a expansão urbana esteja diretamente associada à suspeita da centralidade para onde se convergem atividades importantes neste processo de crescimento. Soma-se a isso, a questão que Castells (2000) aborda acerca do centro simbólico inserido em um contexto onde os signos vinculam-se ao enaltecimento de certos valores, o que pode justificar as transformações de grande vulto, voltadas à área central de Vitória entre os séculos XIX e XX, que transformaram o largo colonial em praça pública ajardinada.

O caso da praça Costa Pereira

Considerada uma das principais praças da capital capixaba, a praça Costa Pereira insere-se em um sítio físico que guarda a herança morfológica de uma cidade fundada no século XVI pelos portugueses (Figura 3). Na verdade, a origem da ocupação portuguesa de Vitória se deu ao sul de sua porção insular, onde foram implantadas as primeiras edificações em área de topografia elevada e neste contexto também se formaram seus primeiros espaços livres públicos, vinculados principalmente às construções de caráter religioso.

O acesso à ilha, que a princípio foi estabelecido à oeste, acabou ganhando evidência ao sul na área plana e próxima ao mar, restrita à presença de vários trapiches e seus pequenos atracadouros na borda do canal, movimentados a princípio, por uma economia de subsistência (Miranda, 2009). O território manteve-se sem grandes transformações físicas e econômicas até começar a receber, em sua parte plana e baixa, seus primeiros aterros no século XVIII. Foi neste século que se inaugurou a relação do edifício de caráter religioso de menor prestígio com seu espaço público fronteiriço quando, a partir da construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha em 1755, o largo ali existente passou a ser denominado de largo da Conceição.

Posteriormente, entre os séculos XIX e XX e sob os princípios do Higienismo e ideais de ordenamento e aformoseamento da cidade na recém-criada República, o largo veio a se transformar em praça Costa Pereira



MOSAICO ESCALAR DA PRAÇA COSTA PEREIRA EM CONTEXTO GEOGRÁFICO NACIONAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E DO BAIRRO

UTM - ZONA 24 SUL - SIRGAS 2000
 Fonte Cartográfica: Geoweb Vitória e Instituto Jones

Figura 3. Contextualização geográfica da praça Costa Pereira (fonte: adaptado de Google Earth, 2021)

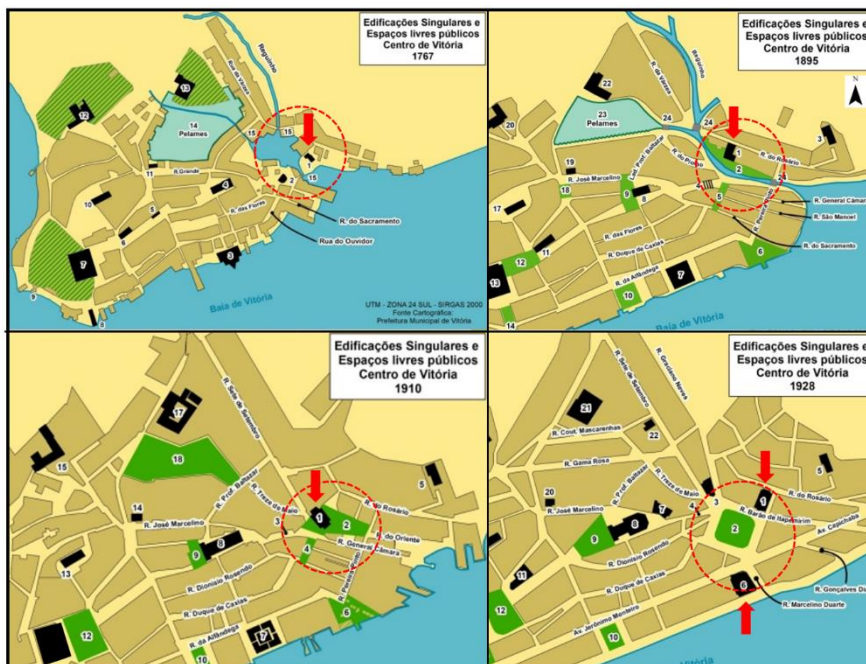


Figura 4. Cartografias de 1767, 1895, 1910 e 1928 ressaltando os espaços livres públicos (em verde), os edifícios singulares presentes (em preto) e o espaço livre público em análise (círculo tracejado vermelho). As setas vermelhas indicam, respectivamente, a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha (cartografias de 1767 e 1895), o teatro Melpômene (cartografia de 1910) e os teatros Carlos Gomes (acima) e Glória (abaixo) (cartografia de 1928). (fonte: elaborado por Vitor Miranda a partir do acervo da PMV/SEDEC/GPU/CRU, 2022)

caracterizada por fortes influências europeias em seu desenho, à luz dos ideais da modernidade urbana e da ascensão da burguesia emergente (Prado, 2002). Tal mudança parece ultrapassar as questões terminológicas e morfológicas, estando

imbuída por inúmeros processos vinculados à burguesia em ascensão que vigoravam e se contrapunham à cidade colonial.

Cabe destacar, neste contexto de transformações modernizadoras, a demolição

do edifício de caráter popular-religioso – a Igreja Nossa Senhora da Conceição da Prainha - e a construção de novos edifícios singulares, de caráter aristocrático-cultural – o Teatro Melpômene, em 1896, o Teatro Carlos Gomes, em 1928 e o teatro Glória em 1932 – como marcas significativas da passagem do largo à praça, as quais assumem, minimamente, triplo sentido: funcional, social e simbólico. O esquema de mapas a seguir (Figura 4) exemplifica o contexto transformador do espaço livre público em análise e seus edifícios singulares, além de ressaltar aspectos do sítio físico, a exemplo da presença de cursos d'água e aterros progressivos.

Observa-se que as transformações verificadas em consonância com a inserção dos edifícios singulares se processaram sobre o mesmo espaço geográfico, o que acaba sugerindo certo sentido de continuidade ao se considerarem os aspectos morfológicos e urbanos inerentes à formação embrionária deste espaço livre público.

Antecedentes históricos, sítio físico e inserção urbana

Conhecida como Porto das Lanchas, Prainha e Reguinho, a localidade na qual a área de estudo se insere carrega na própria toponímia forte relação com o elemento água, seja proveniente do mar, das chuvas, das nascentes

d'água sempre foi retratada nas cartografias do local como característica importante a se revelar e registrar.

A Prainha possuía mais de dois terços de sua extensão banhada pelo mar durante o período de maré cheia (Derenzi, 1995). Segundo Daemon (2010, p. 219), “O mar nessa época chegava até quase perto da capela, fazendo uma pequena praia, e introduzia-se pelo canal chamado Reguinho”. Ali se encontrava a ladeira São Diogo (ou ladeira das Pedras), caracterizada como um dos pontos de ligação das partes alta e baixa da vila: “uma pedreira escarpada pela qual se subia da praça, canto da rua Sete, aos fundos da Matriz” (Derenzi, 1995, p. 98). O mar adentrava e batia na pedreira, formando por ali um atracadouro denominado Porto das Lanchas. O cenário constituído pela Igreja e seu pequeno largo parece ter sido ponto de encontro de pescadores, sendo associado a práticas socioespaciais laborais e religiosas, revelando a potencialidade pública do local (Elton, 1999). Neste cenário, não custa recordar as abordagens de Marx (1980) e Reis Filho (1968) sobre a perspectiva de ocupação de um solo aparentemente desvantajoso quando articulado a parâmetros de obras de saneamento e aspectos de acessibilidade.

De acordo com Derenzi (1995), os córregos eram resultantes das águas provenientes do Morro da Fonte Grande e do Pelames, que se

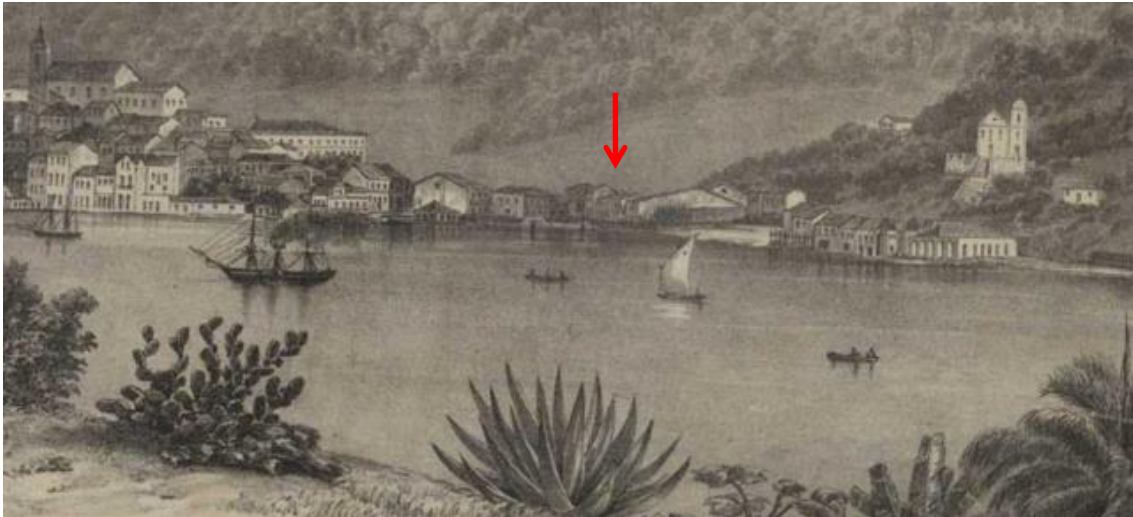


Figura 5. Pintura da vila no século XIX indicando forte relação do assentamento com a água e o local que fora a Prainha, tendo à direita em destaque a Igreja do Rosário, à esquerda, a Igreja Matriz e no centro, a provável localização da capela de Nossa Senhora da Conceição (em vermelho). (fonte: Biblioteca Nacional)

ou mesmo como composição infecta (Figura 5). Neste sentido, a presença dos córregos

consolidavam em uma vala artificial denominada Reguinho. Para além da referida

vala, nota-se que na verdade houve ali um fluxo de águas vindas do morro e assentada em sulco linear e longitudinal, cuja confluência estabelecia um ponto nodal líquido e notório no lugar.

A fonte do Conselho foi a primeira denominação da fonte Grande, nascente puríssima de água, que aflorava em meio aos blocos de granito, nos fins da rua Sete de Setembro, cuja guarda era confiada ao Conselho. Até o meado do século passado, a população se abastecia de água para beber nas fontes Grande, Capixaba e Lapa. A desmatamento prejudicou esses preciosos mananciais, responsáveis pela fundação da cidade na ilha de Santo Antônio (Derenzi, 1995, p. 57)

O percurso de água que adentra o território, se prolongado, forma, com as 3 nascentes do morro da Fonte Grande indicadas na cartografia atual, um caminho natural de drenagem na rua Sete de Setembro passando pela praça Costa Pereira e desembocando no mar (Figura 6).

Seguindo as abordagens da forte relação do sítio com os assentamentos humanos (Oliveira, 2019; Teixeira, 2012; Marx, 1980); da “proximidade da fonte de matéria prima ou do recurso natural” como uma das estratégias para as escolhas locacionais e apropriações sobre o território (Serra, 1987, p. 85) e ainda, considerando que as linhas de talvegue possam ser retratadas como centros de encontro de percurso, águas e seres vivos (Guerreiro, 2002) pondera-se um fato interessante a tempos pretéritos.

Acredita-se, pois, que a linha longitudinal do curso d’água possa ter sido usada como percurso para captura de água potável antes mesmo da chegada dos portugueses e que a Prainha tenha se configurado como local de chegada e partida de barcos indígenas. Além dos aspectos do sítio já considerados, tal suposição é embasada em dois outros argumentos: a possível similaridade a partir da existência de caminhos primitivos que fizeram a conexão entre Cidades Alta e Baixa no Rio

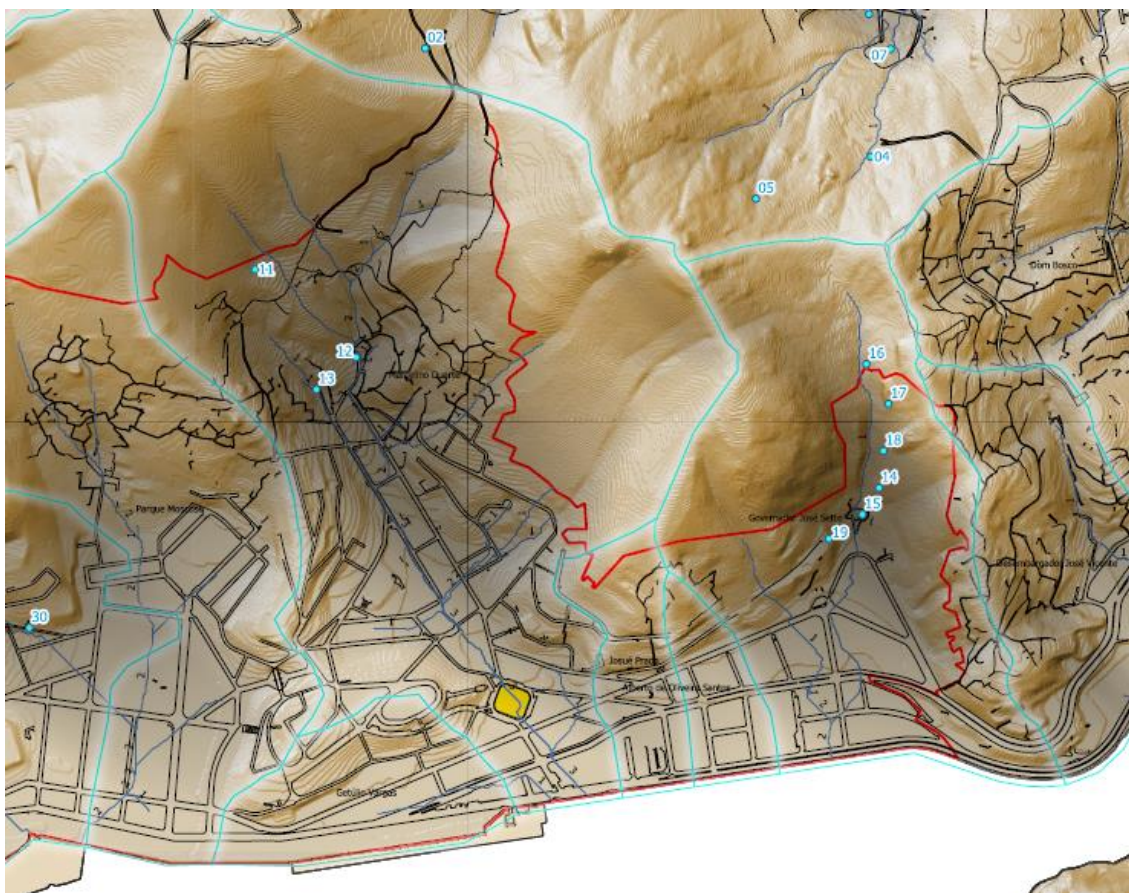


Figura 6. Bacia e fluxo de drenagem na regional Centro, com destaque para as nascentes (em numeração azul), os fluxos acumulados (em linha azul escura), a bacia hidrográfica (em linha azul clara) e a praça Costa Pereira (em amarelo) (fonte: Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Meio Ambiente, 2022)

de Janeiro e estavam associados ao sopé do morro onde atracavam canoas indígenas e a uma trilha por onde se dava o abastecimento de água (Abreu, 2009) e a existência de povos indígenas na porção baixa à leste do largo da Conceição que trabalhavam no cultivo de alimentos para a vila. Segundo Bastos (2009, p. 38):

A difusão do uso da expressão capichaba, derivada de caá-piim-chaba, iniciou-se na cidade de Vitória a partir da fixação de índios na parte leste da ilha em 1551. A região ocupada pelos aborígenes começava nas terras em frente ao Morro do Penedo, abrangendo o caminho de São João das Pedreiras e solos adjacentes, até o Porto das Lanchas (Largo da Conceição). [...] se estendia desde o Largo da Conceição, passando pela Ladeira de Pernambuco, pelas ruas Cristóvão Colombo e Barão de Monjardim até o Forte São João.

Tal hipótese desencadeia uma questão intrigante: se os índios eram exímios pescadores e exploravam o território, seriam os pescadores devotos de Nossa Senhora da Conceição da Prainha descendentes indígenas?

Pois bem, a praça Costa Pereira fora o largo da Conceição no período colonial associado à presença da Capela de Nossa Senhora da

Conceição da Prainha (Elton, 1999). De acordo com a literatura e periódicos locais, a capela representou desejos, empenho e esforço de antigos pescadores. No entanto, ela foi construída por iniciativa e empenho próprio de um ajudante militar chamado Dionísio Francisco Frade o qual, aparentemente sem o apoio direto do clero local, ainda desprovido de um bispado, solicitou a aprovação da capela junto ao bispado de Salvador: “É ereta neste ano, no hoje largo da Conceição, a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, por faculdade concedida pelo bispo da Bahia ao ajudante militar Dionísio Francisco Frade, em provisão datada de 22 de janeiro deste ano” (Daemon, 2010, p. 219).

Interessa focar que a anuência da localização da capela vinculada ao arcebispado da Bahia endossa o papel de domínio da igreja sobre a inserção dos templos religiosos, mesmo os de menor prestígio. Se a ausência de umidade e insalubridade e a existência de um espaço aberto de expressão relativa eram os principais pontos na escolha da área para implantação das entidades religiosas (Marx, 1991); no caso do largo da Conceição, foi a presença da área livre caracterizada pela Prainha e o solo seco ao seu redor que provavelmente contribuíram

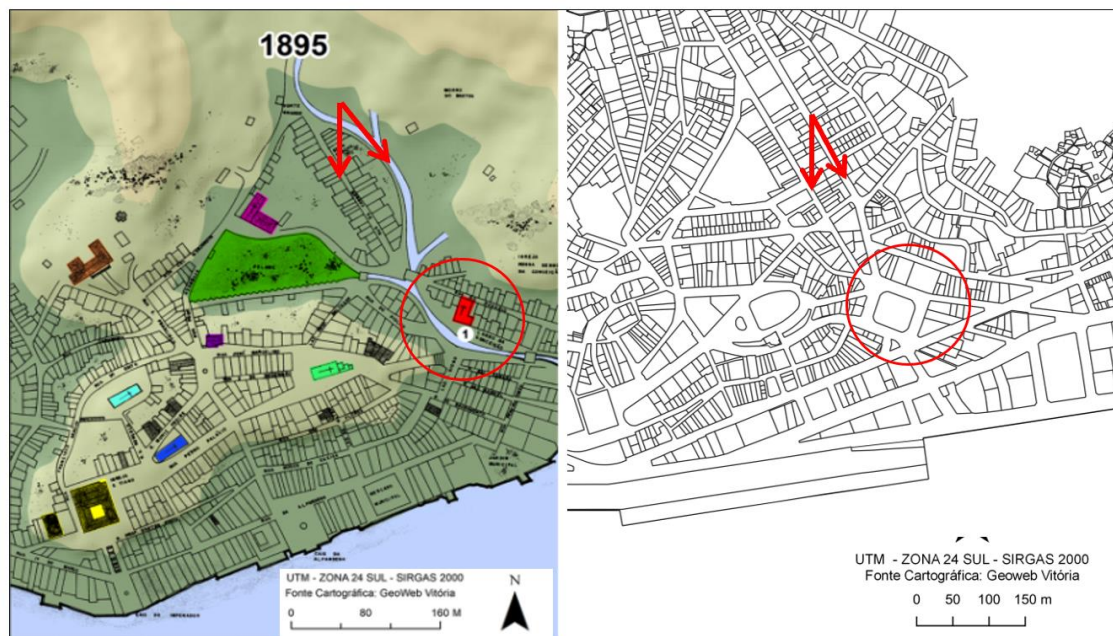


Figura 7. À esquerda, sítio físico e cursos d’água inerentes à cartografia de 1895 e respectivos templos religiosos com destaque para o largo da Conceição. À direita, cartografia atual com destaque para a inserção da praça Costa Pereira. Setas indicam a relação dialógica entre o sítio, os cursos d’água e o traçado urbano (fontes: adaptado da cartografia de 1895, disponível em acervo da PMV/SEDEC/GPU/CRU e elaborado a partir de dados geoespaciais fornecidas pela plataforma *GeoWeb* Vitória, 2020)

em tal consentimento. Soma-se a isso, a condição de patrimônio fundiário que a edificação da capelinha poderia proporcionar à luz de futuras e prováveis expansões urbanas próximas ao mar.

De acordo com Derenzi (1995, p. 99) “depois de edificada a capelinha, todos os governos se interessaram por ela”. Apesar de não haver explicações complementares desta constatação do autor, acredita-se que as práticas socioespaciais ali encontradas, que mesclavam atividades religiosas e mundanas, já configuravam uma atmosfera de dinâmicas urbanas promissoras que, somados às condições de acessibilidade, conectividade e expansão da parte alta em direção à parte baixa, despertaram interesses políticos a partir dos aspectos fundiários que envolviam a capela.

Em relação às conexões, pressupõem percursos que ligam funções importantes associadas ao acesso ao mar, ao “centro” primitivo do território e à fonte de água potável, tendo o largo como ponto articulatório. É sob este olhar que o sítio físico também assume função participativa nas especificidades da centralidade urbana, estabelecendo ainda uma relação articulatória entre a inserção da Praça Costa Pereira, a presença da água e o traçado urbano, aspectos notáveis a partir da comparação entre a cartografia de 1895 e a atual (Figura 7).

Nota-se como a presença de cursos d’água desencadearam o parcelamento do solo e o traçado viário de modo longitudinal às águas, fortemente representados, no presente, pelas ruas destacadas que confluem da direção da Fonte Grande para a praça, como se “desejassem” alcançar o mar.

Assim, o traçado é definido como consequência e em concordância com as características do próprio sítio que reserva aos edifícios singulares construídos no largo e posteriormente, na praça; posição privilegiada sob parâmetros de centralidade urbana, aspecto este provavelmente já incorporado, de forma embrionária, a tempos ainda mais pretéritos, ou seja, que antecedem à colonização portuguesa sobre o território.

Considerações Finais

Os estudos apontam uma lógica de interdependência entre a inserção urbana e o

sítio físico a partir de premissas próprias do urbanismo português sobre o território, sugerindo a consolidação de um sentido de centralidade atribuída a praça Costa Pereira desde a sua condição enquanto largo colonial. No entanto, o sentido primitivo e embrionário do atributo de centralidade pode não estar associado necessariamente ao início da colonização portuguesa.

Considerando abordagens discutidas sobre o sítio físico e as questões culturais que tais adaptações envolvem, abre-se uma perspectiva de indagação de que o largo da Conceição, embora se comporte como ponto de centralidade embrionária, possa ter tais características enraizadas em um passado ainda mais remoto, pouco discutido e condizente com as apropriações indígenas sobre o território. Sendo assim, bem provável que a centralidade urbana anterior tenha contribuído para acomodação e traçado viário subsequente, onde vestígios, caminhos e direções podem ter subsidiado as aspirações portuguesas e colonizadoras sobre o sítio físico capixaba.

Assim, a escolha da localização da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha atesta a qualidade espacial do lugar no que se refere à confluência de elementos, conexões estratégicas e aspectos de boa acessibilidade. Neste sentido, o traçado urbano adaptado a este cenário contribuiu para a consolidação da vocação deste espaço livre público enquanto polo de atração de pessoas, acontecimentos e edifícios singulares. Tais constatações se agigantam ao constituírem-se em um processo temporal dotado de certa coesão morfológica e perene, potencializando a praça Costa Pereira enquanto legado histórico de um lugar urbano que tem muito a nos ensinar.

Referências

Abreu, M. (2009). "Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI" em Souza, L. P. e Ribeiro, N. P. (orgs) *Urbanismo colonial: vilas e cidade de matriz portuguesa* (POD Editora, Rio de Janeiro) 117-149.

Bastos, F. M. (2009). "Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872", Dissertação de Mestrado,

- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Botechia, F. R. (2018). *A forma indelével: um estudo sobre a persistência morfológica em Maruípe*. (Edição do autor, Vitória).
- Castells, M. (2000). *A Questão Urbana* (Paz e Terra, Rio de Janeiro).
- Conzen, M. R. G. (1969). *Alnwick, Northumberland: análise do plano de cidade* (Instituto Britânico de Geografia, Londres). Tradução de Vítor Oliveira e Cláudia Monteiro (2022). (Urban Forms, Porto).
- Daemon, B. C. (2010). *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística* (Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória).
- Derenzi, L. S. (1995). *Biografia de uma ilha*. (Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Vitória)
- Dias Coelho, C. (org.). (2013). *Cadernos de Morfologia Urbana: os elementos urbanos*. (Argumentum, Lisboa).
- Dias Coelho, C. (org.). (2018). *Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma*. (Argumentum, Lisboa).
- Dias Coelho, C. e Lamas, J. G. (coods). (2007). *A praça em Portugal: inventário de espaço público - continente*. (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa).
- Elton, E. (1999). *Logradouros antigos de Vitória*. (EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, Vitória).
- Farret, R. "Prefácio" em Vargas, H. C. e Castilho, A. L. H. (2006). *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados* (Manole, São Paulo) VII-XII.
- Fernandes, S. P. (2018) "Fundação e Evolução dos traçados urbanos: matrizes elementares de assentamento e derivações complexas" em Dias Coelho, C. (org.). *Cadernos de Morfologia Urbana: o tempo e a forma* (Argumentum, Lisboa) 70 - 93.
- Guerreiro, M. R. (2002). "O Território e a Edificação: o papel do suporte físico natural na gênese e formação da cidade portuguesa", Dissertação de Mestrado, ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Lamas, J. G. (2011). *Morfologia urbana e desenho da cidade* (Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa).
- Macedo, S. S. (2001). "Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do século 20", *Revista Paisagem e Ambiente: ensaios*, 14, 143-170.
- Marx, M. (1980). *Cidade brasileira* (Melhoramentos: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Miranda, C. L. " Projeções da enunciação: a cartografia portuguesa da Baía de Vitória (Século XVI-XVIII) " em Souza, L. P. e . In: Souza, L. P. e Ribeiro, N. P. (orgs) *Urbanismo colonial: vilas e cidade de matriz portuguesa* (POD Editora, Rio de Janeiro) 36-65.
- Oliveira, V. (org) (2018). *Planeamento Urbano: investigação, ensino e prática profissional*. Edições Afrontamento, Porto.
- Panerai, P. (2014). *Análise Urbana* (Editora Universidade de Brasília, Brasília).
- Prado, M. M. (2002). "A modernidade e o seu retrato: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) 1890-1950", Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Reis Filho, N. G. (1968). *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. (Pioneira, São Paulo).
- Robba, F. e Macedo, S. S. (2010). *Praças brasileiras* (Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Rossa, W. (2002) *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. (Almedina, Lisboa).
- Santos, E. S. (2020). *Praça Costa Pereira...primeira metade do século XX*. Vitória, 3 de dezembro de 2020. Facebook : Elberth Seufitelli Santos. <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3600640239995753&set=gm.4036112729751024>.
- Serra, G. (1987). *O espaço natural e a forma urbana* (Nobel, São Paulo).
- Silva, O. T. (2013). "O conceito de centro e centralidade como um instrumento de

compreensão da realidade urbana" em Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, SIMPURB, novembro de 2013, Rio de Janeiro, Brasil (UERJ, Rio de Janeiro). https://ageografiadotyrene.blogspot.com/2015/11/anais-xiii-simpurb-simposio-nacional-de_8.html

Sposito, M. E. B. (1991) "O centro e as formas de expressão da centralidade urbana", *Revista Geografia* 10, p 1-18.

Teixeira, M. C. (2012). *A forma da cidade de origem portuguesa* (Editora UNESP: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, São Paulo).

Vargas, H. C. E Castilho, A. L. H. (2006). *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados* (Manole, São Paulo).

Vasconcelos, P. A. "Os agentes modeladores da cidade colonial" em Souza, L. P. e Ribeiro, N. P. (orgs) *Urbanismo colonial: vilas e cidade de matriz portuguesa* (POD Editora, Rio de Janeiro) 10-25.

Villaça, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil* (Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, São Paulo).

Vitória (2006). "Planejamento Interativo do Centro de Vitória". (Prefeitura Municipal de Vitória Vitória, Vitória).

Tradução do título, resumo e palavras-chave

The legacy of the Costa Pereira square in Vitória/ES from the physical site and urban insertion

Abstract. Public squares are fundamental urban structures for understanding the relationship between man and the city and can carry a symbolic and historical legacy as essential contributions to the urban and morphological challenges imposed by 21st century cities. In this context, the Costa Pereira square located in the Center of Vitória, a city in southeastern Brazil, remains with a strong character of urban centrality given by the joint convergence of numerous socio-spatial elements and practices that give it a peculiar character. Therefore, the objective of this article is to understand the role of the physical site and the design of the urban layout that precedes the opening of the square, from a narrative that allows reflections on the urban insertion of Largo da Conceição in the light of Portuguese urbanism, speculating possible previous and indigenous appropriations of the territory. The research was based on a bibliographic review, also resorting to iconography, cartographic and the use of three-dimensional aspects of the site's topography. Under a flat place of confluence of waters, the choice of location reveals a strategic and connecting place that contributed to the subsequent urban layout and the consolidation of the place's vocation to attract elements, people and events, in the light of urban centrality.

Keywords. urban insertion; physical site, urban centrality; Costa Pereira square

Editores responsáveis pela submissão: Danielly Aliprandi, Antonio Leandro Crespo de Godoy, Vera Tangari.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

